



GROENLÂNDIA

Trump anuncia acordo

Mandel Ngan/AFP



À margem do Fórum de Davos, presidente dos EUA se reúne com o chefe da Otan, fala em um entendimento sobre o território ártico que pretende anexar e suspende tarifaço contra europeus. Em discurso, ele renunciou ao uso da força

» SILVIO QUEIROZ

Donald Trump começou sua agenda oficial em Davos, na Suíça, com um discurso duro perante outros chefes de Estado e governo, empresários de grande porte e personalidades internacionais reunidos para o encontro anual do Fórum Econômico Mundial. Insistiu na “aquisição” da Groenlândia, fez ameaças veladas invocando o poderio militar e econômico dos Estados Unidos, mas frisou que “não quer” e “não vai” usar a força para tomar o território, que pertence à Dinamarca. No fim do dia, porém, saiu de uma reunião com o comando da Organização do Tratado do Atlântico (Otan, aliança militar liderada por Washington) anunciando “o marco de um acordo” para o impasse. E suspendeu o tarifaço com que havia ameaçado, a partir de 1º de fevereiro, os países cujos governos resistissem às suas pretensões.

“Com base nesse entendimento, não vou impor as tarifas que deveriam entrar em vigor em 1º de fevereiro”, escreveu em sua plataforma, Truth Social, sem dar nenhum detalhe sobre esse “marco”. Trump classificou como “muito construtiva” a conversa com o secretário-geral da Otan, Mark Rutte. Não quis adiantar detalhes, de momento, mas assegurou que o acordo seguirá em negociações e deverá “durar para sempre”. Pelo lado dos EUA, o processo ficará a cargo de seu vice, JD Vance; do secretário de Estado, Marco Rubio; e do emissário especial Steve Witkoff.

Fontes do governo norte-americano, citadas pelo jornal *The New York Times*, afirmaram que teria sido discutida, no encontro, uma fórmula que permitiria aos EUA controlar áreas da Groenlândia para instalar novas bases militares, além da que já operam, no âmbito da Otan. Em sua postagem no Truth Social, Trump voltou a mencionar a ilha ártica como parte dos planos para estabelecer um “Domo de Ouro”, sistema de defesa antimísseis inspirado no Domo de Ferro israelense. A fim de contornar resistências, a proposta não prevê a transferência da soberania sobre o território, detida pela Dinamarca.

A menção a um possível entendimento sobre a Groenlândia, com a expectativa de uma distensão entre Washington e os europeus, foi o bastante para impulsionar a reação esboçada pelos mercados no início do dia. A tendência de alta se consolidou, em forte contraste com a véspera, quando os aliados ocidentais pareciam a caminho de um choque frontal e os investidores acusaram a apreensão.

Mandel Ngan/AFP



Palavra de especialista

A ordem mundial acabou

O unilateralismo do presidente Trump vai até onde ele encontrar resistência interna nos EUA, principalmente da sua base de apoio. Maga, ou, externamente, de algum outro oponente que não se intimide, ou que não sofra tanto com as possíveis sobretaxas com que ele vem ameaçando. Esses são os limites para o unilateralismo dele.

A ordem internacional em que a gente vivia acabou — vou frisar: acabou. É peça de museu. Não temos mais uma

ordem internacional baseada no multilateralismo e no direito internacional. Como disse o primeiro-ministro do Canadá, Mike Carney, em seu discurso de terça-feira em Davos, estamos vivendo uma ruptura, não uma transição. Qual vai ser a nova ordem internacional? Ainda não sabemos. Ela está em construção.

Gunther Rudzit, professor de relações internacionais da ESPM

Discurso

Horas antes, no discurso perante o Fórum de Davos, o presidente norte-americano reafirmou a necessidade de os EUA “possuírem” a Groenlândia, em nome dos interesses “da segurança nacional e internacional” — referência velada a possíveis avanços da Rússia ou da China em pleno Atlântico Norte, que dá nome à aliança militar criada no início da Guerra Fria, na segunda metade do século 20. “Apenas os EUA podem proteger essa enorme massa

de terra, esse gigantesco bloco de gelo, desenvolvê-lo e melhorá-lo”, afirmou, na primeira de várias menções à ilha como terreno “quase desabitado” e “pouco desenvolvido”. Mais de uma vez, trocou o nome pelo da Islândia.

Atento, porém, aos tremores provocados pela dura troca de ameaças e críticas com a União Europeia (UE), em especial com o colega francês, Emmanuel Macron, o magnata republicano renunciou, explicitamente, a tomar a ilha ártica pelas armas. “Eu não preciso usar a força. Eu não



Eu não preciso usar a força. Eu não quero usar a força. Eu não usarei a força. Tudo o que os Estados Unidos estão pedindo é um lugar chamado Groenlândia”

Apenas os EUA podem proteger essa enorme massa de terra, esse gigantesco bloco de gelo, desenvolvê-lo e melhorá-lo”

Assim que o ataque terminou, eles (os dirigentes da Venezuela) disseram: 'Vamos fazer um acordo'. Mais pessoas deveriam fazer isso”

Eu amo a Europa, quero vê-la prosperar, mas ela não está indo na direção certa”

Donald Trump, presidente dos EUA

quero usar a força. Eu não usarei a força”, assegurou. Mas não perdeu a oportunidade para exaltar a supremacia militar dos EUA, citando como exemplo a captura do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, por um comando de elite. “Eles foram muito espertos de fazer acordo (com os EUA)”, observou.

“Trump ter descartado o uso da força é um recuo por causa das reações internas, dentro do próprio Partido Republicano”, avalia o professor de relações internacionais Gunther Rudzit, da ESPM. “Não foi um recuo por causa dos europeus”, disse ao **Correio**. “Todas as falas dele sempre são para intimidar, ou para deixar os oponentes sem saber o que ele pode fazer.” A colega de universidade (e de cátedra) Denilde Holzbacker acompanha o diagnóstico, e vê no tom do presidente norte-americano um recado. “Ele sinalizou que, para os europeus, um embate com os EUA seria de alto custo”, observa.

Não faltou, no longo discurso de mais de uma hora, mais uma alfinetada no presidente francês, com quem troca farpas há dias. Em Davos, Trump começou mencionando com ironia “os lindos óculos escuros” que Macron exibiu no Fórum, por causa de um derrame ocular. “Que diabos aconteceu?”, perguntou. Depois, voltou a expor conversas reservadas entre os dois — dessa vez, em torno de exigências relacionadas a práticas comerciais consideradas por ele desleais. “Três vezes, ele disse que não faria (o que Trump reclamava). No fim, disse: ‘Sim, eu vou fazer’”.

Ambos os especialistas veem na condução adotada pela Casa Branca na crise da Groenlândia, como nas atitudes unilaterais tomadas na política externa no primeiro ano do atual mandato, a determinação do presidente em colocar em xeque o sistema multilateral construído no pós-Segunda Guerra, em torno das Nações Unidas. “O unilateralismo de Trump vai até onde ele encontrar resistência interna nos EUA, ou, externamente, de algum oponente que não se intimide”, avalia Rudzit. “A ordem coletiva está sendo testada”, concorda Holzbacker.

A apreciação faz eco ao pronunciamento feito na terça-feira, em Davos, pelo primeiro-ministro do Canadá, Mark Carney, crítico notório de Trump. “Estamos no meio de uma ruptura da ordem mundial, não de uma transição” afirmou. “Todos os dias, somos lembrados de que vivemos em uma era de rivalidade entre grandes potências, que a ordem baseada em regras está se esvaindo, que os fortes fazem o que podem e os fracos sofrem o que devem.”

Angela Weiss/AFP



O premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, na Assembleia-Geral da ONU

Hoje, nasce a "ONU paralela"

Pode ser assinada hoje, em Davos, à margem do Fórum Econômico Mundial, a carta de fundação do Conselho de Paz, nome escolhido por Donald Trump para a iniciativa que lançou como desdobramento do cessar-fogo negociado para o território palestino da Faixa de Gaza. Embora apresentado inicialmente como reposta para o conflito no Oriente Médio, o organismo, a ser integrado por chefes de Estado e alguns “notáveis”, nasce sem âmbito definido e assume ares de uma alternativa ao sistema multilateral centrado desde 1945 nas Nações Unidas.

Até ontem, segundo a agência de notícias France-Presse, aproximadamente 35 dirigentes teriam concordado em firmar o documento, cuja carta entrará em vigor assim que pelo menos três Estados formalizarem o compromisso. O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, foi um dos primeiros a aceitar o convite de Trump

para integrar o organismo. Foi seguido por pesos pesados do Oriente Médio, como Arábia Saudita e Turquia. França, Noruega e Ucrânia, também convidados, declinaram. O presidente Lula estuda a resposta com assessores e aliados, mas o colega da Argentina, Javier Milei, já disse “sim”.

“O Conselho de Paz é uma organização internacional que busca promover a estabilidade, restabelecer uma governança confiável e legítima e garantir uma paz duradoura nas regiões afetadas ou ameaçadas por conflitos”, diz o preâmbulo dos estatutos. O texto critica os “enfoques e instituições que falharam com demasiada frequência”, em clara alusão à ONU. Em comentário feito em Genebra, um porta-voz das Nações Unidas ressaltou que o plano do presidente norte-americano “foi autorizado pelo Conselho de Segurança apenas para sua atuação em Gaza”. E completou: “Não é um plano da ONU”.

Trump será o primeiro presidente do Conselho, com amplos poderes: somente ele poderá convidar outros chefes de Estado e de governo a se juntarem ao organismo, e poderá revogar sua participação, salvo em caso de “veto por dois terços dos países-membros”. O conselho executivo, liderado pelo chefe da Casa Branca, terá sete membros, entre eles o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, o enviado especial Steve Witkoff, o genro do presidente, Jared Kushner, e o ex-premiê britânico Tony Blair.

Os países que aderirem à iniciativa terão um mandato e três anos, a partir da entrada em vigor da carta de fundação. O período pode ser renovado por decisão de Trump. Aqueles que preferirem um status de membro permanente terão de fazer um aporte mínimo de US\$ 1 bilhão durante o primeiro ano de vigência do documento.

Angela Weiss/AFP